

#### **ANEXO IV - TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TAIUVA E A EMPRESA \_\_\_\_\_, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS AOS SERVIDORES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEI LUCAS Nº 13.722/18.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE TAIUVA**, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, na Rua 21 Abril, nº 334, inscrito no CNPJ sob nº 45.339.611/0001-05, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **LEANDRO JOSÉ JESUS BAPTISTA**, brasileiro, casado, RG nº 3.980.801-4-SSP/SP, CPF/RF nº 051.352.658-72, residente e domiciliado na Rua 1º Maio, nº 98, em Taiuva, neste Estado, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa: \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu sócio proprietário: \_\_\_\_\_, Cédula de Identidade (RG) nº \_\_\_\_\_, e CPF/MF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, a seguir denominada **CONTRATADA**, em razão do **Pregão Eletrônico nº 15/2024, Processo nº 17/2024**, que integra este instrumento, independentemente de transcrição, têm entre si, plenamente ajustado, o presente contrato administrativo que se regerá pelas cláusulas e condições adiante discriminadas, que as partes reciprocamente aceitam e outorgam.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - Contratação de empresa especializada na realização de treinamento de primeiros socorros aos servidores das unidades educacionais do município, nos termos da Lei Lucas nº 13.722/18.

#### **Parágrafo único - Da execução dos serviços:**

**I.** O treinamento de primeiros socorros será executado de acordo com as exigências da Lei Lucas nº 13.722/18, com carga horária de no mínimo 8 horas, com aulas teóricas e práticas, para 142 servidores da Educação, dividido em duas turmas: 1ª - servidores da Creche "Neuza Regina Bruno Carnevalli Gonzalez" e da Creche "Kenso Okumura" e a 2ª - servidores da EMEF "Maria Aparecida Pedrinho Furlan", Projeto Arco-Iris e EJA.

**II.** Os treinamentos de primeiros socorros deverão ser realizados nos dias 05/07/2024 e 25/07/2024.

**III.** Os treinamentos de primeiros socorros serão realizados no Centro Físico Educacional e Lazer "Dr. José Caubi Campello Bessa", localizado na Travessa Roberto Carlos Velho, nº 20, Centro, Taiuva-SP.

**IV.** A **CONTRATADA** deverá abordar no mínimo o conteúdo abaixo:

- Conceito Primeiros Socorros;
- Histórico de Atendimento Pré-Hospitalar (APH);
- Acionamento da **URGÊNCIA E/OU EMERGÊNCIA**;

- Acionamento dos Recursos Externos;
- Conduta do Socorrista;
- Avaliação de Vítimas;
- Parada Respiratória e Cardíaca;
- Conceito de Urgência e Emergência;
- Prática de Reanimação Cardiopulmonar (RCP);
- Obstrução de Vias Aéreas por Corpo Estranho (OVACE) (ENGASGAMENTO);
- Desmaios e Convulsões;
- Acidente Vascular Encefálico (AVE);
- Distúrbio de Comportamento;
- Tipos de Ferimento e Hemorragias;
- Tipos de Fraturas;
- Fraturas de Crânio, Coluna;
- Fraturas no Tórax (Costelas) e Pelves;
- Fraturas Membros Superiores e Inferiores;
- Prática de Imobilizações;
- Prática de Curativos;
- Prática de Transportes.

**V. A CONTRATADA** deverá fornecer material didático impresso, referente ao conteúdo e metodologia a ser abordado no treinamento.

**VI. A CONTRATADA** deverá disponibilizar equipamentos e materiais apropriados para a realização dos treinamentos.

**VII. A CONTRATADA** deverá fornecer certificação a todos os participantes, bem como certificado próprio para cada instituição de ensino, com a carga horária total do curso.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES DO CONTRATO** - Além da vinculação ao edital e seus anexos, vinculam-se a este contrato todos os documentos e a proposta, que integram o Processo de Licitação nº 17/2024.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REQUISIÇÃO DO OBJETO** - Os serviços serão requisitados pelo Departamento de Compras.

**CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS** - A **CONTRATADA** deverá prestar serviços de padrão de qualidade, com a capacidade técnica exigida, compatíveis com os serviços e cumprindo plenamente suas obrigações.

**CLÁUSULA QUINTA - DA QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS** - Diante da não qualificação de determinado serviço, a **CONTRATADA** deverá promover a complementação diferenciada, porém do mesmo segmento, a fim de atingir seus objetivos, sem qualquer tipo acréscimo monetário dos serviços contratado, sob pena de inadimplência do contrato.

**Parágrafo único** - Os serviços serão avaliados pela Supervisora de Serviços de Educação.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS** - O Valor Global deste contrato é de R\$ 0,00 (\_\_\_\_\_), com base na seguinte aplicação:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Treinamento de primeiros socorros, de acordo com as exigências da Lei Lucas nº 13.722/18, com carga horária de no mínimo 8 horas, com aulas teóricas e práticas para 142 servidores da Educação.	SERVIÇO	1	0,00	0,00

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO** - O pagamento do preço ajustado será efetuado, por depósito bancário na conta da **CONTRATADA**, em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega do relatório de execução dos serviços, que será apresentado com a respectiva nota fiscal eletrônica/fatura e aprovação da gestora do contrato.

**Parágrafo único** - Na nota fiscal eletrônica emitida deverá ser destacado o imposto retido de acordo com a legislação tributária, não havendo destaque dos impostos, o **CONTRATANTE** efetuará a retenção do valor de acordo com as normas legais vigente e a tabela de retenção aplicáveis ao caso.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO** - O prazo de duração deste contrato será de 06 (seis) meses, contados da data de sua assinatura.

**§1º** - Os treinamentos de primeiros socorros deverão ser realizados nos dias 05/07/2024 e 25/07/2024.

**§2º** - Os treinamentos de primeiros socorros serão realizados no Centro Físico Educacional e Lazer “Dr. José Caubi Campello Bessa”, localizado na Travessa Roberto Carlos Velho, nº 20, Centro, Taiuva-SP.

**§3º** - Tanto o prazo do contrato quanto o prazo para conclusão dos serviços, somente serão prorrogados através de Termo Aditivo, mediante justificação a juízo do **CONTRATANTE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

**§4º** - Este contrato poderá encerrar-se antecipadamente uma vez cumpridas, por ambas as partes, todas as obrigações aqui pactuadas.

**CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS FINANCEIROS** - Os recursos financeiros serão atendidos pelo orçamento vigente, constantes da indicação contábil, e por dotações futuras vigentes para exercícios posteriores, no caso do contrato acampar novo exercício ou em função de prorrogações contratuais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS –**

São as dotações a suportar as despesas deste contrato:

##### **Ficha 104**

##### **02 – Executivo**

##### **12.04.00 – Ensino Geral**

##### **12.361.0009.2042 – Manutenção do Ensino Fundamental**

##### **3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

##### **Ficha 121**

##### **02 – Executivo**

##### **02.04.00 – Ensino Geral**

##### **12.365.0009.2056 – Manutenção do Ensino Infantil Pré Escola**

##### **3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

##### **Ficha 127**

##### **02 – Executivo**

##### **02.04.00 – Ensino Geral**

##### **12.365.0009.2058 – Manutenção do Ensino Infantil Creche**

##### **3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO**

**CONTRATO** - O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

##### **I. Unilateralmente pela Administração:**

a) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites estabelecidos pelo art. 124, inciso I, alínea “b” da Lei nº 14.133/21, condicionado ao limite de sua modalidade licitatória.

##### **II. Por acordo das partes:**

a) Quando necessária à modificação do regime de execução, bem como do modo de fornecimento dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos serviços;

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO SUPORTE LEGAL** - Este Processo Licitatório é regulado pelos seguintes dispositivos legais:

- I.** Lei Federal nº 14.133/21;
- II.** Lei Federal nº 9.648/98;
- III.** Lei Orgânica do Município;
- IV.** Orçamento Vigente;
- V.** Pregão Eletrônico nº 15/2024.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES**  
– São as responsabilidades:

**I. Da Contratada:**

**a.** Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**b.** Responsabiliza-se pelos encargos previdenciários, tributários, trabalhistas, fiscais e sociais, que venham a incidir sobre a execução do contrato;

**c.** Responsabiliza-se por danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em que se verificarem falhas na execução do objeto, sendo que a fiscalização designada pelo **CONTRATANTE** não caracteriza a exclusão destas responsabilidades;

**d.** Eventuais locomoções, acomodações e alimentações de pessoal, para cumprimento do contrato;

**e.** Comunicar ao **CONTRATANTE**, no caso de mudança de situação no contrato social, endereço ou telefone;

**f.** Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**g.** Fornecimento e fiscalização, de seus funcionários, no que tange ao uso de Equipamentos de Proteção Individual, durante a execução contratual;

**h.** Manter conta bancária no nome empresarial, disponível para pagamento, com cheque emitido nominalmente para depósito somente na conta do favorecido;

**i.** Responsabilizar-se pelos trabalhos desenvolvidos pelos seus contratados sob qualquer espécie;

**j.** Utilizar pessoal técnico, a ela regularmente contratada por qualquer espécie, devidamente habilitados;

**k.** Aplicar técnicas adequadas de ensino, empregar recursos didáticos capazes de despertar o interesse e adequada preparação dos cursistas e realizar demonstrações de técnicas de primeiros socorros;

1. Obedecer os padrões e normas técnicas vigentes

## **II. Do Contratante:**

a. Rejeitar qualquer serviço se não executado de acordo com as normas estabelecidas;

b. Regressar contra a **CONTRATADA** no caso de indenização ou reparação a terceiros em razão da execução dos serviços objeto do contrato;

c. Executar o pagamento, à contratada, da forma disposta;

d. Promover a medição dos serviços prestados através de relatórios entregues no Setor de Compras, como condição de pagamento da Nota Fiscal correspondente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO** - A gestora do contrato será a Supervisora de Serviços de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a Senhora Carla Luiza Borçonaro Uekane, a qual irá acompanhar a execução e a fiscalização, prestando subsídios necessários para execução dos serviços, em conformidade com suas competências e demais disposições legais necessárias ao bom andamento dos serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO** - Não haverá subcontratação, não se admitindo neste contrato a cessão ou transferência de obrigações, bem como a cisão da empresa ou ainda fusão ou incorporação que modifique a atividade empresarial inerente ao objeto contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS DO CONTRATO** - Para os casos omissos serão resolvidos pela Lei nº 14.133/21, sendo que em caso de lacuna o contrato poderá ser adequado, amparando-se pela legislação, reguladas pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO** - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

**§1º** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**§2º** - A rescisão do contrato poderá ser:

**I.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

**II.** Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

**III.** Judicial, nos termos da legislação.

**§3º** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**§4º** - Constituem motivos para rescisão do contrato por ato unilateral da Administração:

**I.** Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços ou fornecimento e prazos;

**II.** Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, serviços ou fornecimentos e prazos;

**III.** Lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimentos nos prazos estipulados;

**IV.** Atraso injustificado no início dos serviços;

**V.** Paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à administração;

**VI.** Cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste contrato;

**VII.** Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

**VIII.** Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

**IX.** Dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

**X.** Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

**XI.** Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

**XII.** Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de execução do contrato.

**§5º** O **CONTRATANTE** deverá ressarcir dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido a **CONTRATADA** e ainda promover a devolução da garantia contratual, os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e os pagamentos do custo da desmobilização, quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da **CONTRATADA**, nos seguintes casos:

**I.** Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

**II.** A supressão dos serviços ou fornecimentos, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da lei 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES** - Ficar impedida de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Taiuva/SP, pelo prazo de 3 (três) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que:

- I.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- II.** Não manter a proposta, lance ou oferta;
- III.** Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;
- IV.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- V.** Atrasar na entrega do objeto contratado.

**§1º** Demais sanções administrativas são aquelas previstas pelos Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA MULTA** – Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito devidamente comprovados, as inadimplências incorrerão aos contraentes deste contrato:

- I.** Multa à razão de 5% (cinco por cento) do valor da inadimplência;
- II.** Juros à razão de 1% (um por cento) do valor da inadimplência, ao mês;
- III.** Correção monetária pela Tabela Prática Judicial.

**Parágrafo único** - Havendo rescisão contratual o valor da multa será de 10% (dez por cento) do valor global remanescente do contrato, a quem deu causa, excetuando-se dos casos fortuitos ou de força maior.

**CLÁUSULA VIGÉSSIMA – DO FORO** - Fica eleito o Foro de Jaboticabal, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS** - O contrato originário deste certame regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.



**§1º** - Por estarem assim justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento na presença de duas testemunhas que também assinam, para que surta os legais e jurídicos efeitos.

**Taiuva**, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIUVA - CONTRATANTE**  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - PREFEITO MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - CONTRATADA**  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - REPRESENTANTE LEGAL**

**TESTEMUNHAS**

\_\_\_\_\_  
**Nome :**  
**RG nº**

\_\_\_\_\_  
**Nome :**  
**RG nº**

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE TAIUVA

**CONTRATADA:**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_/2024**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na realização de treinamento de primeiros socorros aos servidores das unidades educacionais do município, nos termos da Lei 13.722/18 – Lei Lucas.

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a)** O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b)** Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c)** Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d)** As informações pessoais dos responsáveis pelo contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e)** É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a)** O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**Taiuva, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ORGÃO/ENTIDADE:**

**Nome:** Leandro José Jesus Baptista  
**Cargo:** Prefeito do Município de Taiuva  
**CPF:** 051.352.658-72

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

**Nome:** Leandro José Jesus Baptista  
**Cargo:** Prefeito do Município de Taiuva  
**CPF:** 051.352.658-72

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo CONTRATANTE:**

**Nome:** Leandro José Jesus Baptista  
**Cargo:** Prefeito do Município de Taiuva  
**CPF:** 051.352.658-72

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Pela CONTRATADA:**

**Nome:**  
**Cargo:**  
**CPF:**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:**

**Nome:** Leandro José Jesus Baptista  
**Cargo:** Prefeito do Município de Taiuva  
**CPF:** 051.352.658-72

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

## DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE TAIUVA

**CNPJ Nº:** 45.339.611/0001-05

**CONTRATADA:**

**CNPJ Nº:**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº** \_\_/2024

**DATA DA ASSINATURA:** \_\_/\_\_/2024

**VIGÊNCIA:** \_\_/\_\_/2024

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na realização de treinamento de primeiros socorros aos servidores das unidades educacionais do município, nos termos da Lei 13.722/18 – Lei Lucas.

**VALOR R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

**Taiuva,** \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**Nome e cargo:** Leandro José Jesus Baptista – Prefeito do Município de Taiuva

**E-mail institucional:** [gabinete@taiuva.sp.gov.br](mailto:gabinete@taiuva.sp.gov.br)

**E-mail pessoal:** [leandrojjbaptista@gmail.com](mailto:leandrojjbaptista@gmail.com)

**Assinatura:** \_\_\_\_\_